

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Diretor Presidente*MARIA REGINA DO NASCIMENTO BRITO — *Diretora*MARCOS SÁ CORRÊA — *Editor*FLÁVIO PINHEIRO — *Editor Executivo*ROBERTO POMPEU DE TOLEDO — *Editor Executivo*

A Pedra de Toque

A austeridade fiscal é um compromisso de honra do governo Collor, e é em torno dessa premissa que se desenvolvem os planos no sentido de implantar no Brasil uma economia moderna, internacionalizada, aberta à competição internacional e liberta dos subsídios, incentivos e guarda-chuvas das reservas de mercado e proteções tarifárias do estado.

Os entendimentos que a equipe econômica do governo desenvolve nos Estados Unidos e na Europa, no reatamento das negociações com o FMI, bancos e governos credores no âmbito do Clube de Paris, encerram a nova atitude econômica brasileira. O compromisso com a eliminação do déficit público é hoje a pedra de toque das negociações em torno da dívida externa. O Brasil pagará o serviço da dívida na razão direta do superávit das finanças públicas, não mais com a geração de crescentes superávits comerciais. Estes produziam dólares para servir aos credores, mas obrigavam o Banco Central e o Tesouro a imprimir cruzeiros para comprá-los aos exportadores, gerando mais déficit público e inflação.

Como se sabe, um país submetido a déficits permanentes dificilmente pode ter estabilidade econômica. Os EUA são uma exceção, exatamente porque continuam a emitir a moeda de referência do mundo e a manter poder de veto nos principais organismos reguladores das finanças e do comércio mundial, como o FMI, o Banco Mundial e o Gatt (Acordo Geral de Tarifas e Comércio). Pelo estatuto do FMI, qualquer decisão só pode ser aprovada com 85% dos votos do *board*; os EUA ainda conservam os 17,5% dos votos definidos em 1944, em Bretton Woods.

Uma recontagem dos cacifes econômicos dos dez países mais ricos do mundo certamente mudaria a correlação de forças, ampliando o poder de voto do Japão e da Alemanha unificada em relação aos Estados Unidos. O mesmo se daria no Banco Mundial e no Gatt. Mas isso é questão para ser resolvida a médio prazo. Enquanto esse dia não

chega, não há como não seguir a ordem financeira internacional e comercial vigente.

A ministra Zélia Cardoso de Mello fez bem em procurar entendimentos com a Itália e a Inglaterra na questão dos subsídios agrícolas no âmbito do Gatt, um dos temas da próxima reunião de comércio e serviços em Montevidéu. Importadores de alimentos, esses dois países discordam do conjunto da CEE e se alinham com os EUA na condenação aos subsídios. Como grande exportador de alimentos, especialmente para a CEE, a discussão interessa muito ao Brasil.

Se a CEE mantiver elevados subsídios aos produtores agrícolas (a França é grande concorrente do Brasil e dos EUA no mercado internacional de frangos e a CEE o maior comprador de farelo de soja brasileiro), o Brasil terá de manter subsídios à sua agricultura para não perder mercado. Em compensação, o superávit fiscal poderá ser ameaçado.

São as novas consequências de um Brasil que se internacionaliza e se submete às regras básicas da economia de mercado. Os produtores agrícolas brasileiros precisam tomar conhecimento rapidamente da nova realidade que os cerca. Já perderam os generosos subsídios no crédito rural e os incentivos fiscais, como a quase absoluta isenção de imposto de renda, que passará a ser cobrado em 1991.

A nova realidade exige absoluta liberdade de preços e a remoção dos guarda-chuvas do Estado, como os acordos internacionais do açúcar e do café. Mas os produtores, que reclamam da perda da renda agrícola em relação aos produtos industriais consumidos na agricultura, precisam ter consciência de que, antes de aumentar os preços liberados para descontar supostos prejuízos com tabelamentos prolongados, devem procurar reduzir custos e melhorar a produtividade. Esta é a única saída para sobreviver numa atividade agora submetida à economia de mercado.